



DIVICOM ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

Demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro
de 2019.

DIVICOM ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA.
CNPJ – 04.617.017/0001-43

REGISTRO ANS SOB Nº 41.528-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

A diretoria da DIVICOM ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA., apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em cumprimento às disposições legais, estatutárias e atendimento à ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar – Ministério da Saúde - Lei nº 9.656/98 de 03 de junho de 1998. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

São Paulo, 25 de março de 2020.

À Diretoria

DIVICOM ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA CNPJ. 04.617.017/0001-43

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO		
	2019	2018
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	6.100.168,28	14.692.765,69
Disponível	501,00	501,00
Realizável	6.099.667,28	14.692.264,69
Aplicações Garantidoras a Provisões Técnicas	1.000.229,37	858.897,57
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2.230.131,27	2.387.236,10
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	2.230.131,27	2.387.236,10
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis	-	-
Créditos Tributários e Previdenciários	7.335,50	3.641,96
Bens e Títulos a Receber	2.861.971,14	11.442.489,06
ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.542,83	61.157,51
Realizável a Longo Prazo	26.069,06	11.998,15
Depósitos Judiciais e Fiscais	26.069,06	11.998,15
Investimentos	-	-
Participações em Outras Sociedades	-	-
Participações Societárias pelo Método de Custo	-	-
Imobilizado	473,77	779,53
Não Hospitalares / Odontológicos	473,77	779,53
Imobilizações em Curso	-	-
Intangível	-	48.379,83
TOTAL DO ATIVO	6.126.711,11	14.753.923,20

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO		
	2019	2018
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	4.953.858,73	4.139.401,43
Provisão de Prêmios/Contraprestação Não Paga - PPCNG	-	-
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	1.877.821,74	767.322,26
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	1.877.821,74	767.322,26
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	2.941.635,14	3.372.079,17
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	-
Débitos Diversos	134.401,85	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	504.714,35	1.147.911,28
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	504.714,35	1.147.911,28
Provisões para Ações Judiciais	166.933,05	252.065,27
Débitos Diversos	337.781,30	895.846,01
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	668.138,03	9.466.610,49
Capital Social ou Patrimônio Social	512.000,00	512.000,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Lucros/Prejuízos - Superávits/Déficits Acumulado ou Resultado	156.138,03	8.954.610,49
TOTAL DO PASSIVO	6.126.711,11	14.753.923,20

0,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	2019	2018
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	10.710.769,73	10.926.752,06
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	11.352.167,19	11.594.853,52
Receita com Taxa de Administração Contratos Estipulados	11.352.167,19	11.327.737,64
Receita com Taxa de Administração Contratos Não Estipulados	-	267.115,88
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	-	-
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(641.397,46)	(668.101,46)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	-	-
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	-
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	10.710.769,73	10.926.752,06
Outras Receitas Operacionais de Assistência à Saúde	601.850,00	-
Outras Receitas Operacionais	601.850,00	-
Outras Despesas Operacionais	(2.618.191,31)	(326.465,09)
Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	(2.618.191,31)	-
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	(326.465,09)
RESULTADO BRUTO	8.694.428,42	10.600.286,97
Despesas de Comercialização	(4.830.025,73)	(6.637.502,85)
Despesas Administrativas	(301.368,83)	(711.467,98)
Resultado Financeiro Líquido	48.822,07	51.462,24
Receitas Financeiras	(350.190,90)	(762.930,22)
Despesas Financeiras	-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	3.563.033,86	3.251.316,14
Imposto de Renda	(1.046.841,39)	(910.060,66)
Contribuição Social	(385.502,90)	(336.422,43)
Participações sobre o Lucro	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	2.130.689,57	2.004.833,05

* As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

DIVICOM ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA CNPJ. 04.617.017/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Descrição	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.130.689,57	2.004.833,05
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
• Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda		
• Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Total		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.130.689,57	2.004.833,05

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2019				
	Capital/Patrimônio Social	Adto./P/Aument Capital	Lucros ou Prej. Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	512.000,00	-	6.562.486,11	7.074.486,11
Ajustes de exercícios anteriores				
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do exercício			2.004.833,05	2.004.833,05
Distribuição de lucros			387.291,33	387.291,33
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	512.000,00	-	8.954.610,49	9.466.610,49
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Redução)			(10.929.162,03)	(10.929.162,03)
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do exercício			2.130.689,57	2.130.689,57
Distribuição de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	512.000,00	-	156.138,03	668.138,03

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC		
Descrição	2019	2018
Recebimentos de Plano Saúde (+)	283.034,60	34.044.001,27
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	6.694,81	1.695.774,46
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras (+)	-	-
Outros Recebimentos Operacionais (+)	12.071.491,67	-
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	454.314,53	32.425.354,52
Pagamentos de Comissões (-)	-	-
Pagamentos de Pessoal (-)	1.025.554,78	1.437.624,08
Pagamentos de Pró-Labore (-)	-	-
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	-	-
Pagamentos de Tributos (-)	-	-
Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias) (-)	372,91	177.818,46
Pagamentos de Aluguel (-)	-	-
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	-	-
Aplicações Financeiras (-)	107.057,95	1.692.633,78
Outros Pagamentos Operacionais (-)	10.773.920,91	6.345,83
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-	(0,94)
Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar (+)		
Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Outros (+)		
Recebimentos de Venda de Investimentos (+)		
Recebimentos de Dividendos (+)		
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento (+)		
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar (-)		
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (-)		
Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível (-)		
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas (-)		
Outros Pagamentos das Atividades de Investimento (-)		
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-	-
Integralização Capital em Dinheiro (+)		
Recebimento Empréstimos/Financiamentos (+)	783.330,19	
Títulos Descontados (+)		
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras (+)		
Resgate de Aplicações Financeiras (+)		
Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento (+)		
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)		
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	783.330,19	
Pagamento de Participação nos Resultados (-)		
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento (-)		
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	-
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	0,00	-0,94
CAIXA - SALDO INICIAL (Conta caixa + conta banco)	501,00	501,94
CAIXA - SALDO FINAL (Conta caixa + conta banco)	501,00	501,00
	0,00	-0,94
Ativos Livres no Início do Período (*)	0,00	0,00
Ativos Livres no Final do Período (*)		
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. – RECURSOS LIVRES	0,00	0,00

* As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

OBSERVAÇÃO: Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, deverá constar em notas explicativas a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo

(*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isso é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate.

Divicom Administradora de Benefícios LTDA
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais – R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objeto a operação de Planos de Saúde

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico.

seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social foram calculados conforme legislação em vigor.

4. DISPONÍVEL



	2019	2018
CAIXA	500	500
BANCOS	1,00	1,00
Total	501,00	501,00

5. Aplicações Garantidoras

	2019	2018
Aplicações Garantidoras ANS	1.000.229,37	858.897,57
Total	1.000.229,37	858.897,57

6. CONTRAPRESTAÇÕES A RECEBER

	2019	2018
Contratos Estipulados	4.834.405,29	2.696.951,41
Contratos não estipulados	13.917,29	16.749,78
Provisão para Perdas sobre Créditos	(2.618.191,31)	-
Total	2.230.131,27	2.713.701,19

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2019	2018
Despesas Operacionais Antecipadas	2.816.934,91	5.040,00
Adiantamentos para Fornecedores	-	11.437.449,06
Outros Créditos ou Bens a Receber	45.036,23	-
Total	2.816.971,14	11.442.489,06

8. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

I - Provisão de Eventos a Liquidar:

São registrados na conta patrimonial de Provisão de Eventos a Liquidar com base nos avisos de cobrança dos serviços realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Empresa até o fim de cada mês, em contrapartida às contas de resultado de Eventos Indenizáveis Líquidos.

II – Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Não constituída de acordo com prerrogativa estabelecida na Resolução Normativa 393/2015 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

III - GARANTIAS FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto na Resolução RN n.º 209/2009, da Diretoria Colegiada, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, a Operadora mantém seu Patrimônio Líquido superior ao Capital Mínimo exigido para operar no mercado.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2019	2018
Depósitos Judiciais - Cíveis	26.069,06	11.998,15
Total	26.069,06	11.998,15

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	2019	2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2.128.979,74	2.238.142,56
Contribuição Social Lucro Líquido	768.592,71	809.452,00
Imposto sobre Serviços	7.130,39	21.435,12
Contribuições Previdenciárias	14.739,85	- 39.115,76
FGTS a Recolher	2.973,43	8.947,14
COFINS e PIS/Pasep	13.091,51	39.119,06
Provisões Trabalhistas	-	206.256,69
Imposto de Renda Retido na Fonte Funcionários	6.127,51	9.610,94
Imposto de Renda Retido na Fonte Terceiros	-	-
Imposto sobre Serviço Retido na Fonte	-	-
Retenção Pis/Cofins/CSLL na Fonte	-	-
Total	<u>2.941.635,14</u>	<u>3.372.079,17</u>

11. DÉBITOS DIVERSOS

	2019	2018
Outras Obrigações com Pessoal	-	-
Fornecedores	-	-
Provisão de Férias	134.401,85	-
Total	<u>134.401,85</u>	<u>-</u>

12. PROVISÕES POR AÇÕES JUDICIAIS

	2019	2018
Provisão por ações cíveis	166.933,05	252.065,27
Total	<u>166.933,05</u>	<u>252.065,27</u>

- a. As Provisões por ações cíveis foram realizadas com base no relatório apresentado pelo departamento jurídico, levando em consideração as ações prováveis para pagamento.
- b. Cabe salientar que a empresa possui um passivo no montante de R\$ 166.933,05, referente a processos cíveis com risco possível de pagamento.

13. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social em 31 de dezembro de 2018 está representado por 512.000 (quinhentas e doze mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo o montante de R\$ 512.000,00 (quinhentos e doze mil reais).

14. CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2019	2018
Lucro Líquido (prejuízo) do período	2.130.689,57	2.004.833,05
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.649,36	9.825,37
Variação cambial, monetária e encargos sobre empréstimos		
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	(141.331,80)	(40.964,50)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	157.104,83	5.036.525,33
Créditos tributários e previdenciários	(3.693,54)	(3.641,96)
Bens e títulos a receber	8.580.517,92	(9.162.588,00)
Depósitos Judiciais	(14.070,91)	873.843,09
Aumento (redução) do passivo		
Provisão técnicas de operações de assistência à saúde	-	-
Débitos de operações de assistência à saúde	1.110.499,48	96.094,71
Tributos e encargos sociais a recolher	(430.444,03)	583.053,57
Débitos diversos	(423.662,86)	603.018,40
Provisões para ações judiciais	(85.132,22)	(387.291,33)
Passivo não circulante	-	-
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	8.749.786,87	(387.292,27)
Atividades de Investimento		
Aquisição de bens	-	-
Venda de bens	45.036,23	-
Ajustes exercícios anteriores	411.597,31	387.291,33
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades investimentos.	456.633,54	387.291,33
Atividades de Financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Distribuição de Lucros	(11.340.759,34)	-

Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades financiamentos.

(11.340.759,34)

-

Aumento/redução líquida de caixa

-

(0,94)

Caixa início do exercício

501,00

501,94

Caixa final do exercício

501,00

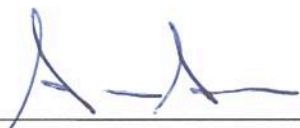
501,00

Aumento/redução líquida de caixa

-

(0,94)

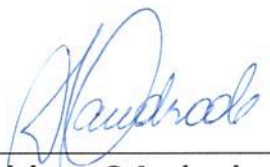
Corpo Diretivo



Antonio Carlos Braga dos Santos

CPF.: 041.669.688-07

Administrador



Adriana C Andrade

CPF.: 115.149.468-23

TC.: 1 SP 171.128/O-3

Técnico Contábil

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

Aos acionistas da:

Divicom Administradora de Benefícios Ltda.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações Contábeis da Divicom Administradora de Benefícios Ltda. que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Divicom Administradora de Benefícios Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade.

Base para Opinião com Ressalvas

A Administração da Divicom Administradora de Benefícios Ltda. contratou uma Empresa terceirizada para realizar em suas próprias contas bancárias os serviços de contas a pagar e receber, ferindo assim o princípio contábil da Entidade, e o art.21, II da lei 9656/98, que regulamenta o setor de saúde suplementar.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Divicom Administradora de Benefícios Ltda. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

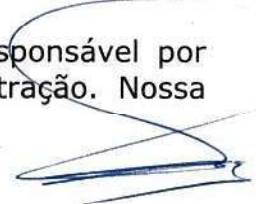
Outros Assuntos

Outros Requisitos Legais e Regulatórios

A Divicom Administradora de Benefícios Ltda., por se tratar de Administradora de Plano de Saúde, deve atender e cumprir as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Sendo que foram efetuados testes nos principais itens exigidos por esta Agência Reguladora e não encontramos indícios de descumprimentos de tais normas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor

A administração da Divicom Administradora de Benefícios Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa



opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, é consistente, com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Divicom Administradora de Benefícios Ltda. continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Divicom Administradora de Benefícios Ltda. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

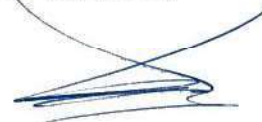
Os responsáveis pela governança da Divicom Administradora de Benefícios Ltda. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Divicom Administradora de Benefícios Ltda.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pelo governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 20 de março de 2020.



Luiz Carlos Sales
CRC - 1SP 048.626/0-4
Responsável Técnico

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA DOS CONTROLES INTERNOS EM
31.12.2019**

À

**DIVICOM ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.
SAO PAULO – SP.**

Nossos exames objetivam analisar os procedimentos adotados pela administração quanto à eficiência dos seus controles internos. Sobre estes exames, devemos comentar os controles gerenciais que comprovem as operações registradas na contabilidade, a utilização das contas à observância e cumprimento de leis e normas aplicadas às Operadoras de Plano de Saúde.

DOS CONTROLES INTERNOS

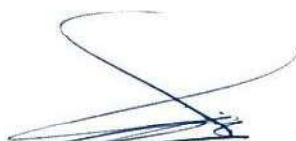
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, FINANCEIRAS E ADMINISTRATIVAS:

- A Administradora é Autora e Ré em vários processos que tramitam na justiça e não sabemos sobre seus desfechos porém os valores apontados pelos advogados como provável foram contabilizados.

CONCLUSÃO

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nosso trabalho visa apenas orientar sobre possíveis inconsistências, os itens apontados neste relatório, deverão ser observados, pela Administração.

São Paulo (SP), 20 de março de 2020.


Luiz Carlos Sales
CRC - 1SP 048.626/0-4
Responsável Técnico